



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

PAULO HENRIQUE MARTINS DAMASIO

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O POLICIAL PENAL DO
ESTADO DE GOIÁS: Impactos do endividamento na qualidade de vida e no desempenho
profissional**

GOIÂNIA – GO

2026



PAULO HENRIQUE MARTINS DAMASIO

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O POLICIAL PENAL DO
ESTADO DE GOIÁS: Impactos do endividamento na qualidade de vida e no desempenho
profissional**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof Paulo Ventura Silva Bernardes, Mestrando em Educação e em Administração.

GOIÂNIA – GO

2026

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O POLICIAL PENAL DO ESTADO DE GOIÁS: Impactos do endividamento na qualidade de vida e no desempenho profissional

THE IMPORTANCE OF FINANCIAL EDUCATION FOR CORRECTIONAL POLICE OFFICERS IN THE STATE OF GOIÁS: The Impacts of Indebtedness on Quality of Life and Professional Performance

Paulo Henrique Martins Damasio¹

Paulo Ventura Silva Bernardes²

Resumo: Este trabalho objetiva analisar os impactos do endividamento no desempenho profissional dos policiais penais do Estado de Goiás e propor estratégias de intervenção por parte da gestão de pessoas para mitigação desses problemas. A pesquisa adota abordagem teórica embasada na economia comportamental da psicodinâmica do trabalho, destacando a interferência de fatores emocionais, sociais, cognitivos, e do sofrimento psíquico ocasionado pelo desequilíbrio financeiro, o que pode comprometer o desempenho laboral do profissional. A metodologia do trabalho é de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, caracterizada como descritiva e exploratória. Foi realizada aplicação de questionário estruturado aos policiais penais do Estado de Goiás, utilizando a plataforma Google Forms. Os dados coletados foram analisados e tabulados, de modo a permitir identificar relações entre educação financeira, endividamento e desempenho profissional. Os resultados permitiram concluir que existe sofrimento psicológico e emocional ocasionados pelo endividamento, sendo o crédito consignado e o cartão de crédito os principais agentes. O endividamento compromete ou tem potencial de impactar negativamente nas atividades laborais dos policiais penais do estado de Goiás, reduzindo suas horas de sono, concentração e saúde física e mental, por isso, foi sugerida ementa de curso para implementação na instituição. De maneira geral, entende-se que a instituição desempenha papel fundamental na mitigação de situações de endividamento dos servidores, e pode sim, atuar de maneira decisiva e discreta em sua assistência.

Palavras-chave: Polícia Penal; Endividamento; Saúde do Trabalhador.

Abstract: This study aims to analyze the impacts of indebtedness on the professional performance of correctional officers in the State of Goiás, Brazil, and to propose intervention strategies to be implemented by the institution's human resource management in order to mitigate these issues. The research adopts a theoretical approach grounded in behavioral economics and the psychodynamics of work, highlighting the influence of emotional, social, and cognitive factors, as well as the psychological distress resulting from financial imbalance, which may negatively affect employees' job performance. The study follows an applied research design with a quantitative approach and is characterized as both descriptive and exploratory. Data were collected through a structured questionnaire administered to correctional officers in the State of Goiás using the Microsoft Forms platform. The collected data were organized and analyzed to identify relationships among financial

¹ Policial Penal do Estado de Goiás.

² Orientador do curso de especialização em Gerenciamento em Segurança Pública e Mestrando em Educação e em Administração.

education, indebtedness, and professional performance. The findings indicate that indebtedness is associated with significant psychological and emotional distress, with payroll loans and credit card debt emerging as the primary contributing factors. Indebtedness was found to compromise, or to have the potential to negatively affect, the occupational performance of correctional officers by reducing sleep quality, concentration, and both physical and mental health. Based on these findings, a training course syllabus was proposed for implementation within the institution. Overall, the study concludes that the institution plays a fundamental role in mitigating employees' indebtedness and can provide meaningful, effective, and discreet support through human resource management initiatives.

Keywords: Correctional Officers; Indebtedness; Occupational Health.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública vem enfrentado no país ao longo de sua existência diversos desafios que abrangem questões bastante conhecidas como mão de obra limitada e problemas de infraestrutura e superlotação, porém, alguns desafios passam despercebidos pela população, sendo eles diretamente relacionados aos fatores humanos envolvidos que afetam significativamente o desempenho e eficiência institucional.

De acordo com Azevedo, Dantas e Aguiar (2025), as forças policiais que garantem a segurança pública foram criadas majoritariamente sob moldes militares, regidos muitas vezes pela força e hierarquia, negligenciando-se questões relativas às relações humanas, saúde mental e psicológica dos agentes, questões como desequilíbrios financeiros e econômicos desses servidores foram ignoradas, mas podem ter um impacto bastante negativo no desempenho profissional.

Segundo Rosseti (2026), no setor público de uma forma geral, o endividamento é fenômeno que cresce exponencialmente, mesmo diante da estabilidade salarial. Apesar do endividamento ser um fator que abrange toda a sociedade, alcançando até 80% das famílias brasileiras, no setor público o problema apresenta características específicas, tais como, a previsibilidade da renda que permite acesso facilitado ao crédito consignado. Para Bruno e Gentil (2022) juros reduzidos, aliados ao acesso fácil disponibilizados aos servidores públicos através dos créditos consignados, são fatores determinantes para o endividamento dos servidores públicos.

O estresse financeiro é associado a fatores que agravam ou até mesmo causam adoecimento psíquico de policiais, o que eleva os riscos operacionais, pode ser associado, sendo Azevedo, Dantas e Aguiar (2025) à problemas de depressão, ansiedade, e outras situações que afetam direta

e indiretamente a concentração dos servidores, que no viés da segurança pública podem impactar as atividades laborais que exige raciocínio rápido e tomada de decisão precisa.

Alves (2024), em estudo específico sobre a educação financeira da Polícia Penal de Goiás, afirma que a educação financeira é fator determinante para evitar o endividamento. A consequência da falta de conhecimentos financeiros é muitas vezes aumento da carga de trabalho ao buscar-se rendas extras, o que eleva o risco de adoecimento psicológico e físico dos agentes.

O problema que norteia este trabalho é: Como a ausência de educação financeira e o endividamento dos Policiais Penais do Estado de Goiás impactam seu desempenho profissional? Quais estratégias a corporação pode implementar para minimizar esses efeitos?

Diante do exposto, este estudo apresenta como objetivo principal identificar os impactos da ausência de educação financeira e do endividamento na vida profissional dos policiais penais do Estado de Goiás, propondo estratégias de intervenção dentro da corporação. São objetivos específicos deste trabalho: 1) Identificar o nível de educação financeira dos policiais penais; 2) determinar o grau de endividamento destes; 3) Analisar como o desempenho profissional é impactado; 4) Propor ao final, a ementa de um curso de educação financeira para prevenção e/ou mitigação de situações de endividamento entre os profissionais.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é compreendida, de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020), como um processo de obtenção de conhecimento/habilidades que permitem a tomada de decisão de maneira consciente a partir de informações de uso dos recursos financeiros disponível.

Ainda segundo a OCDE (2020), a educação financeira vai além do controle dos gastos, abrange a capacidade de planejar do indivíduo, bem como da capacidade de gerenciar riscos e de tomar decisões importantes sobre suas finanças que possam ser sustentadas por curtos, médios e longos prazos, a depender da situação.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo *apud* CNN Brasil (2026), o país bateu o recorde em 2026, alcançando 81,6% de famílias endividadas por cinco meses seguidos. Preocupado com a situação financeira descontrolada dos brasileiros, o Banco

Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), criaram um grupo de trabalho com o objetivo de propor a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Para ENEF educação financeira pode ser compreendida como, os instrumentos voltados à promoção da cidadania, que permitem aos indivíduos compreender conceitos financeiros e desenvolver competências para administrar adequadamente seus recursos, a define ainda como uma ferramenta de desenvolvimento individual e coletivo, capaz de promover maior autonomia e qualidade de vida (BRASIL, 2011).

Quanto mais elevado o nível de educação financeira do indivíduo, menores as chances de instabilidade financeira, e de endividamento (LUSARDI e MITCHELL, 2014). As decisões financeiras vão além da racionalidade humana, podem ser afetadas, e/ou influenciadas por questões emocionais, sociais, ou até mesmo por impulsos (KAHNEMAN E TVERSKY, 1979).

Para Thaler (2019), fatores psicológicos manifestam-se de maneira incisiva na gestão das finanças, por esse motivo, entende-se que a educação financeira deve contemplar a disciplina, capacidade de autocontrole e tomada de decisões difíceis, assim como formas de sustentá-las à longo prazo.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL E FAMILIAR

Para Cerbasi (2018) o planejamento financeiro não se limita ao controle de gastos, podendo ser compreendido como uma estratégia para alcançar estabilidade, identificar e minimizar vulnerabilidades econômicas, e consequentemente promover maior qualidade de vida.

O planejamento financeiro familiar pode ser considerado como fator determinante na conciliação entre os interesses, as necessidades e expectativas dos membros que a compõem. Administrar os recursos de maneira adequada possibilita o alcance de objetivos e planos familiares, tais como: aquisição de bens, educação dos filhos, aposentadoria e proteção em situações de imprevistos (HALFELD, 2012).

Muito além do sufoco causado pelas dívidas, dentro do contexto familiar, o endividamento, e a preocupação constante com questões econômicas, pode ocasionar impactos negativos na saúde mental e física do indivíduo decorrentes da intensa pressão resultante das dívidas e das incertezas que muitas vezes culminam em ansiedade e depressão. Normalmente acontece o aumento de

conflitos conjugais, a possibilidade de proporcionar educação de qualidade aos filhos fica comprometida, a família fica vulnerável economicamente diante de imprevistos, os sonhos da família ficam em segundo plano, a família passa a operar em modo de sobrevivência (CARDOSO, 2026).

Gitman (2010) afirma que, planejar-se financeiramente contempla três ações: organização, controle e direcionamento dos recursos. Esse processo deve ser contínuo, objetivando-se atender as necessidades presentes sem comprometer a segurança futura. Deve ser baseado em decisões conscientes, realizadas a partir de metas já estabelecidas anteriormente, em cima de informações reais e do acompanhamento sistemático das receitas e despesas.

2.3 ENDIVIDAMENTO E CRÉDITO CONSIGNADO ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS

O endividamento corresponde à condição em que o indivíduo assume obrigações financeiras capazes de comprometer parcela significativa de sua renda, reduzindo sua capacidade de atender às necessidades presentes e/ou futuras. Quando essa situação se prolonga e inviabiliza o pagamento das dívidas sem prejuízo à própria manutenção ou à de sua família, configura-se o superendividamento. Dados apresentados pelo Banco Central do Brasil (2023) demonstram que a ampliação da oferta de crédito, aliada à insuficiência de planejamento financeiro, contribuiu para o crescimento do endividamento entre a população brasileira.

No âmbito do serviço público, Rosseti (2026) observa que a estabilidade da remuneração costuma ser associada à ideia de segurança financeira. Entretanto, essa condição não impede a ocorrência do endividamento, ao contrário, a facilidade de acesso ao crédito consignado pode estimular o comprometimento progressivo da renda, tornando os servidores mais suscetíveis a desequilíbrios financeiros. Sob essa perspectiva, verifica-se que o problema não decorre exclusivamente do nível de renda percebido, mas, sobretudo, da forma como os recursos financeiros são administrados, reforçando a relevância da educação financeira como instrumento de prevenção.

Entre as modalidades de crédito mais utilizadas pelos servidores públicos, destaca-se o empréstimo consignado, cuja ampla adesão está relacionada, principalmente, às taxas de juros mais reduzidas em comparação com outras linhas de financiamento. Essa condição decorre do menor

risco assumido pelas instituições financeiras, uma vez que as parcelas são descontadas diretamente da remuneração do servidor.

Ao analisar essa modalidade de crédito, Alves (2016) ressalta que a facilidade de contratação pode induzir o servidor à falsa percepção de estabilidade financeira, favorecendo a contratação sucessiva de empréstimos e o comprometimento crescente da renda mensal. Bruno e Gentil (2021) completam que o crédito consignado passou a exercer papel relevante na expansão do endividamento entre servidores públicos brasileiros, contribuindo para que parcela expressiva dos rendimentos permaneça comprometida por longos períodos.

Essa realidade torna-se ainda mais preocupante quando a contratação ocorre sem uma análise criteriosa da capacidade de pagamento. Para Souza (2024) muitos servidores recorrem ao crédito consignado sem avaliar os reflexos das parcelas sobre o orçamento familiar, circunstância que favorece a renovação sucessiva dos contratos e reduz a renda efetivamente disponível para atender às despesas cotidianas. Desse modo, uma alternativa inicialmente buscada para solucionar dificuldades financeiras pode acabar agravando a vulnerabilidade econômica do trabalhador.

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGISP, 2026), o limite percentual máximo para consignação é de 40%, vigente a partir de 19/05/2026, levando em consideração a renda bruta do servidor, sendo retirados do cálculo os descontos obrigatórios instituídos por lei, sendo eles: pensão alimentícia, reposição ao erário, decisões judiciais, e outros descontos compulsórios. Esse percentual máximo a partir do ano de 2026 seguirá as determinações previstas na Medida Provisória nº 1.355/2026, e serão reduzidos gradualmente nos próximos anos, até alcançar limite global de 30% em 2032. É importante ressaltar que, a partir de 2029 não serão permitidas contratações de cartão consignado, e o limite de tais cartões para quem já os possui será zerado.

3 IMPACTOS DO ESTRESSE FINANCEIRO NA POLÍCIA PENAL E NA GESTÃO DE PESSOAS

3.1 ESTRESSE FINANCEIRO E DESEMPENHO PROFISSIONAL

Thaler (2019) reforça a importância de se analisar os impactos das questões financeiras no comportamento humano real, sem padronizações que se moldam na racionalidade. Se compreende

educação financeira como um processo que envolve mais que o controle de gastos, a disciplina se fundamenta no desenvolvimento do autocontrole, planejamento de longo prazo e consciência dos próprios padrões decisórios. Essa abordagem amplia o papel da gestão de pessoas, ao reconhecer que o comportamento financeiro está intrinsecamente ligado ao bem-estar psicológico e ao desempenho no trabalho.

O estresse financeiro é definido como um estado de tensão psicológica que decorre da dificuldade de lidar com obrigações financeiras presentes ou futuras. Diferentemente do simples endividamento, o estresse financeiro está relacionado à percepção de incapacidade para administrar a própria situação econômica, produzindo sentimentos de insegurança, preocupação constante e perda de controle.

Segundo Joo e Grable (2004), indivíduos que enfrentam elevados níveis de estresse financeiro apresentam menor satisfação com a vida e maior propensão a problemas emocionais, o que interfere diretamente em seu comportamento cotidiano. Complementando essa análise, a OCDE (2020) destaca que a insegurança financeira pode contribuir como um dos fatores mais relevantes para a redução do bem-estar, afetando tanto a saúde mental quanto a capacidade de planejamento dos indivíduos.

Os efeitos do estresse financeiro ultrapassam a esfera pessoal e alcançam o ambiente de trabalho. Estudos demonstram que trabalhadores preocupados com as dificuldades financeiras tendem a ter atenção diminuída, redução da capacidade de concentração e dificuldades no processo de tomada de decisão. Para Kim e Garman (2003), o estresse financeiro influencia negativamente a produtividade, pois parcela significativa da energia cognitiva do trabalhador passa a ser direcionada às preocupações econômicas, reduzindo sua capacidade de focar nas atividades laborais.

Pessoas endividadas, normalmente passam a apresentar no trabalho maiores incidências de atrasos, absenteísmo e perda de desempenho quando comparados àqueles com maior estabilidade econômica (GARMAN, LEECH e GRABLE, 1996).

Ao considerar-se questões relacionadas à Psicologia Organizacional e do Trabalho, o estresse financeiro pode ser definido como um fator gerador de sofrimento psíquico que afeta a relação do indivíduo com seu trabalho. Para Dejours (1992), condições que produzem sofrimento contínuo podem comprometer a mobilização subjetiva do trabalhador, reduzindo sua capacidade de atribuir sentido à atividade laboral e de enfrentar os desafios cotidianos.

3.2 ESPECIFICIDADES DA ATIVIDADE POLICIAL

Na área da segurança pública, se tratando dos riscos à instituição, o endividamento é apontado como causa do aumento da vulnerabilidade a comportamentos inadequados, como fadiga, improdutividade e até riscos éticos, o que evidencia a necessidade de atenção por parte da gestão de pessoas. Dito isto, evidencia-se que o bem-estar financeiro deve ser entendido como parte integrante da saúde organizacional (CRUZ e ROSA, 2025).

De acordo com Azevedo, Dantas e Aguiar (2025), quando se analisa a realidade dos profissionais da segurança pública, a problemática se torna mais complexa. A atividade policial, é caracterizada por elevados níveis de estresse, responsabilidade e exposição a riscos, exigindo plena capacidade cognitiva e emocional. Nesse ambiente, o impacto decorrente do endividamento surge como fator adicional de pressão, refletindo de forma negativa para a saúde mental e o desempenho profissional dos servidores.

Na perspectiva de Dejours (1992), o estresse financeiro verificado no contexto da segurança pública brasileira, associado ao nervosismo, ansiedade, diminuição da concentração e os impactos negativos no desempenho profissional, pode ser caracterizado como sofrimento psíquico, que decorre da perda do controle de aspectos essenciais para vida do servidor. O sofrimento descrito ocasiona a redução da capacidade de mobilização subjetiva, o que por consequência limita a criatividade e o engajamento do agente no cumprimento de suas obrigações.

Segundo Alves (2024), considerando-se a Polícia Penal do Estado de Goiás, em suas pesquisas, constatou-se que o aumento do endividamento, bem como o adoecimento físico e mental dos servidores, que conseqüentemente reflete na redução da produtividade destes, pode ter relação direta com a falta de educação financeira destes profissionais, fato este, que os leva a exaustivas rotinas de trabalho com elevação da jornada de trabalho para conseguir arcar com o pagamento das dívidas adquiridas.

3.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A atuação da gestão de pessoas vem passando por importantes transformações, deixando de concentrar seus esforços exclusivamente em atividades como recrutamento, seleção,

treinamento, entre outros, passa a incorporar iniciativas voltadas à promoção do bem-estar dos servidores. Nesse cenário, a educação financeira desponta como uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, considerando que a forma como administram seus recursos financeiros pode refletir diretamente em sua saúde emocional, na satisfação com o trabalho e, conseqüentemente, em seu desempenho profissional.

Nessa perspectiva, Milkovich e Boudreau (2010) defendem que práticas de gestão de pessoas direcionadas ao bem-estar dos colaboradores favorecem em um maior comprometimento com a organização e produzem resultados institucionais mais satisfatórios. Sob esse enfoque, a educação financeira deixa de representar apenas uma iniciativa de orientação econômica e passa a constituir uma estratégia preventiva, capaz de minimizar fatores geradores de estresse e contribuir para um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e a atividade profissional.

Ao tratar da qualidade de vida no trabalho, observa-se que a estabilidade financeira constitui um dos elementos que influenciam o comportamento e o desempenho dos indivíduos no ambiente organizacional. Limongi-França (2015) destaca que programas institucionais voltados ao bem-estar devem contemplar diferentes dimensões da vida do trabalhador, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, sociais e financeiros, uma vez que esses fatores se inter-relacionam e repercutem diretamente na forma como o servidor desenvolve suas atividades.

Estudos desenvolvidos por Garman, Leech e Grable (1996) evidenciam que dificuldades financeiras vivenciadas pelos trabalhadores produzem reflexos negativos para as organizações, manifestando-se por meio da redução da produtividade, do aumento do absenteísmo e do comprometimento do clima organizacional. Em sentido oposto, iniciativas voltadas à educação financeira têm demonstrado potencial para reduzir o estresse relacionado às finanças pessoais e favorecer melhorias no desempenho profissional, conforme apontam (JOO; GRABLE, 2004).

4 METODOLOGIA

A metodologia adotada para elaboração deste trabalho foi baseada no método de raciocínio hipotético-dedutivo, partiu-se da hipótese que a ausência de educação financeira possui relação direta com o aumento do endividamento, sendo os impactos negativos dessa situação a redução ou comprometimento do desempenho profissional dos Policiais Penais do Estado de Goiás.

A principal causa do endividamento adotada como hipótese norteadora deste trabalho foi o acesso a créditos facilitados, como o crédito consignado, que aparece como fator determinante para o superendividamento desses policiais. Hipóteses secundárias foram levantadas como apoio causal, tais como, problemas familiares, descontrole emocional, vícios ou até mesmo a necessidade de demonstrar status social incompatível com a realidade do profissional.

A natureza da pesquisa é aplicada, voltada para soluções de problemas concretos no contexto da Polícia Penal de Goiás, casos estes obtidos através de relatos a serem realizados como resposta do formulário produzido e disponibilizado no Google Forms para alcançar servidores de todo estado de Goiás. O formulário ficou disponibilizado de 03 a 17 de julho para respostas, alcançando espaço amostral de 39 respostas válidas.

O formulário desenvolvido para obtenção de dados para a pesquisa, antes de ser inserido e divulgado no Google Forms, foi apresentado à Coordenação Pedagógica para verificar a necessidade de submissão ao Comitê de Ética, que descartou a necessidade de validação pelo comitê. O formulário foi disponibilizado através de um link, no qual também constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinalado pelos servidores aceitando a divulgação das informações prestadas no formulário, sendo importante salientar que o sigilo das pessoas que participarem foi mantido e divulgando-se neste estudo apenas dados estatísticos e respostas sem identificação.

Apenas as respostas de servidores do estado de Goiás foram computadas, sendo que, para que os dados pudessem ser trabalhados na pesquisa foi obrigatório que além de responder o formulário o servidor tenha assinalado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado juntamente com o formulário no link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdNjyb6y09n6CXx3I3rgBc8kONKpfswkLRzB8FtKNkC9Mu9JA/closedform>.

Respostas que fugiram ao tema ou sem marcação (para o caso de respostas objetivas) ou em branco (para o caso de respostas subjetivas) foram desconsideradas do cálculo percentual. Após o prazo que foi disponibilizado para responder o formulário, não foram aceitas novas respostas.

Se adotou a abordagem quantitativa, cujo dados foram tabulados e analisados para elaboração de gráficos que relacionem as hipóteses levantadas ao cenário encontrado através do formulário.

Ao buscar a caracterização do fenômeno do endividamento e seus impactos negativos no desempenho técnico-profissional dos policiais penais do estado de Goiás, o objetivo adotado para pesquisa foi o exploratório.

Construindo como produto final do projeto um plano de curso sugerido à Coordenadoria de Ensino, objetivando-se alcançar os profissionais que possam estar, porventura, passando por situações financeiras complicadas, bem como prevenir a ocorrência de tais situações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para determinação do perfil dos servidores que participaram da pesquisa foram feitas três perguntas, sendo elas: Idade, tempo de atuação na polícia penal e conhecimento de educação financeira. Das 39 respostas válidas obtidas foi possível constatar que a faixa etária predominante possui entre 36 e 45 anos de idade, representando um percentual de 41%, seguida de 33% com idades entre 46 e 55 anos, e os 26% restantes dos participantes, têm idades entre 26 e 35 anos, como pode ser visto no Gráfico 1.

Em relação ao tempo de atuação na polícia penal do estado de Goiás, um dos servidores não respondeu à pergunta. Com universo amostral de 38 respostas originou-se o Gráfico 2.

Gráfico 1: Faixa etária

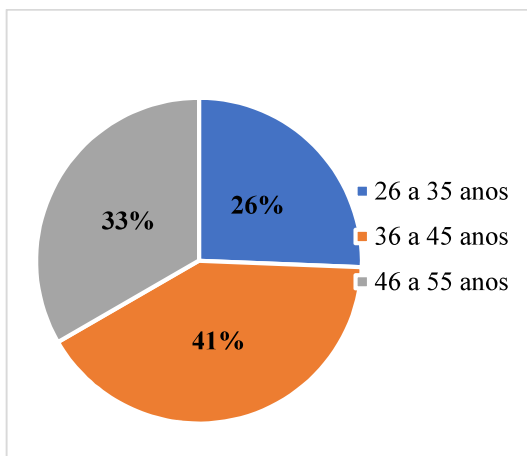
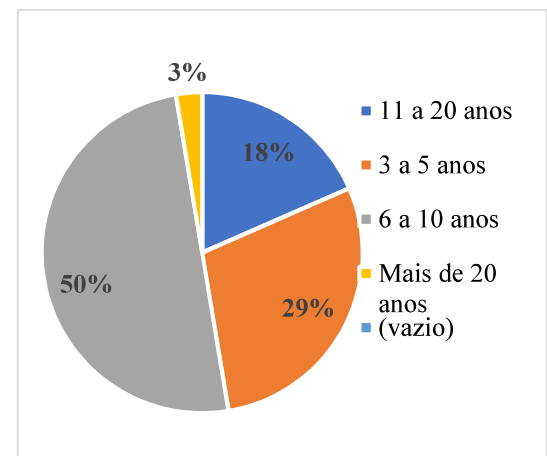


Gráfico 2: Tempo de Atuação na PP Goiás



Fonte: Do autor

Da autoavaliação relativa ao conhecimento em educação financeira, apenas um servidor respondeu ter conhecimento muito alto (3%), em contrapartida três servidores assumiram ter

conhecimento financeiro muito baixo (8%) ou baixo (20%), a maioria dos servidores, um total de 20 policiais penais, se autoavaliaram com conhecimento mediano (51%).

Em relação ao vencimento dos entrevistados, verificou-se que equivalência com a média salarial familiar, dessa forma, possível determinar que 74,36% destes recebem entre 5 e 10 salários-mínimos, 17,95% recebem mais de 10 salários-mínimos, e apenas 7,69% recebem entre 2 e 5 salários-mínimos. Apesar da predominância de salários superiores à média nacional, no tocante a investimentos, houve praticamente um empate técnico, 19 participantes (49,72%) responderam possuir, enquanto 20 participantes (51,28%), responderam que não.

Analisando o comprometimento da renda com dívidas, o dado é alarmante, apenas 10,26% não possuem dívidas, 15,38% possuem até 20% da renda comprometida, enquanto 25,64% alegam ter entre 21% e 40% de comprometimento, há ainda mais relevância ao se constatar que 33,33% estão com comprometimento entre 41% e 60%, enquanto 15,38% estão com mais de 60% da renda comprometida, como pode ser verificado na Tabela 1.

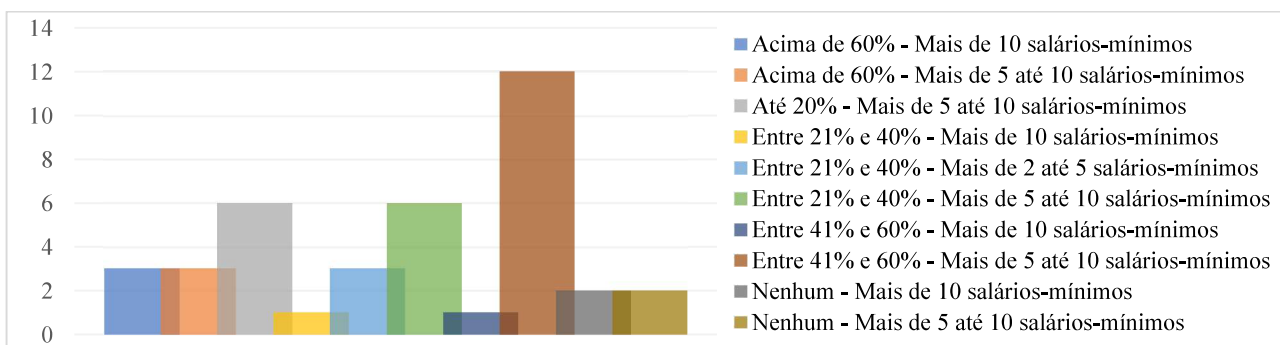
Tabela 1 – Percentual de comprometimento da renda

Percentual da renda comprometida	Nº de servidores	%
Acima de 60%	6	15,38%
Até 20%	6	15,38%
Entre 21% e 40%	10	25,64%
Entre 41% e 60%	13	33,33%
Nenhum	4	10,26%

Fonte: Do autor

No Gráfico 3 é possível observar que não são as pessoas com renda mais baixa que se encontram mais endividadas. Dos servidores que possuem mais de 60% da renda comprometida com dívidas, metade ganha mais de 10 salários-mínimos, e a outra metade entre 5 e 10 salários-mínimos, o que abra espaço para reflexão em relação a ganhos e gastos.

Gráfico 3: Rendimentos x comprometimento da renda



Fonte: Do autor

Em relação ao tipo de dívida, empréstimo consignado e cartão de crédito alcançaram o mesmo percentual de participação no endividamento dos profissionais, alcançando 35,90% cada um, financiamentos alcançou a margem de 10,26% de participação no endividamento, assim como pessoas que informam não possuir dívidas, outras formas de dívida pontuaram 7,69%, como pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Comprometimento da renda x Tipo de dívida

% de comprometimento	Cartão de crédito	Empréstimo consignado	Financiamentos	Não possui dívidas	Outros	Total Geral
Acima de 60%	7,69%	5,13%	2,56%	0,00%	0,00%	15,38%
Até 20%	7,69%	5,13%	0,00%	0,00%	2,56%	15,38%
Entre 21% e 40%	10,26%	12,82%	0,00%	0,00%	2,56%	25,64%
Entre 41% e 60%	7,69%	12,82%	7,69%	2,56%	2,56%	33,33%
Nenhum	2,56%	0,00%	0,00%	7,69%	0,00%	10,26%
Total Geral	35,90%	35,90%	10,26%	10,26%	7,69%	100,00%

Fonte: Do autor

Um dado bastante interessante e relevante nos resultados obtidos é que, as pessoas que alegam controlar suas despesas frequentemente (35,90%) ou às vezes (33,33%), em sua maioria também costumam realizar o planejamento mensal frequentemente (28,21%) ou às vezes (28,21), o mesmo também se confirma com pessoas que sempre fazem controle de despesas (20,51%), cerca de 23,08% também sempre se planeja mensalmente.

Apenas 25,64% dos profissionais alegam ter uma renda extra, enquanto 64,10% alegam não ter, 10,26% possuem rendas extras esporadicamente. Em relação a reservas de emergência, 51,28% informar possuir, 46,15% informam que não detém, e 2,56% gastaram com um imprevisto.

Sobre as preocupações ocasionadas pelo endividamento, tem-se o Gráfico 4, que evidencia que 46% dos entrevistados frequentemente se preocupam com a situação financeira em que se

encontram, apenas 26% se preocupam raramente, e 28% às vezes. Em relação às afetações relacionadas a concentração no trabalho (Gráfico 5), 20% dos entrevistados apresentam frequência considerável de afetação, e 23% às vezes se desconcentram em decorrência do endividamento que vivenciam.

Para lidar com as dívidas verifica-se no Gráfico 6 que aproximadamente 41% dos profissionais entrevistados costumam trabalhar mais sempre ou com frequência, enquanto 33% trabalham mais às vezes, e apenas 26% não precisa trabalhar mais nunca ou raramente para conseguir administrar as contas.

De forma geral, cerca 31% dos servidores avaliam que os impactos emocionais do endividamento podem ser classificados como alto ou muito alto, 18% como moderado, e 51% como baixo ou nenhum. O que evidencia que, apesar de alguns servidores estarem endividados além do índice máximo sugerido pelas autoridades financeiras, parte destes não se afetam emocionalmente por essas questões, conseguindo exercer suas atividades laborais sem interferências.

É importante ressaltar que apesar de alguns servidores endividados não se sentirem pressionados ou ansiosos com as situações econômicas conflituosas, há relatos daqueles que não conseguiam parar de pensar nisso, que se sentiam ou sentem afetados emocionalmente por essas situações e não conseguem se concentrar devidamente nas atividades do trabalho.

Gráfico 4: Com que frequência você se sente preocupado com a situação financeira?

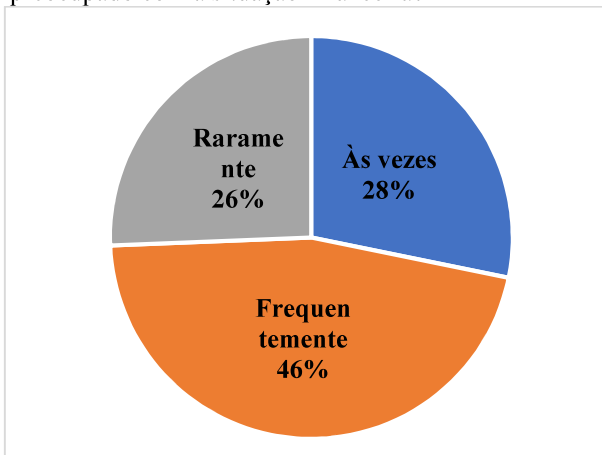


Gráfico 6: Já precisou trabalhar mais para lidar com as dívidas?

Gráfico 5: O endividamento já afetou sua concentração no trabalho?

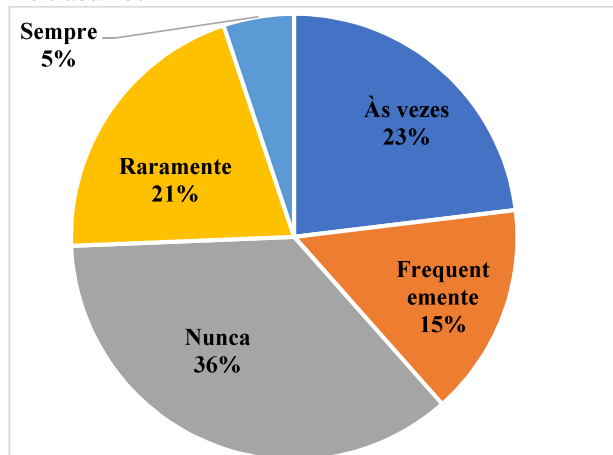
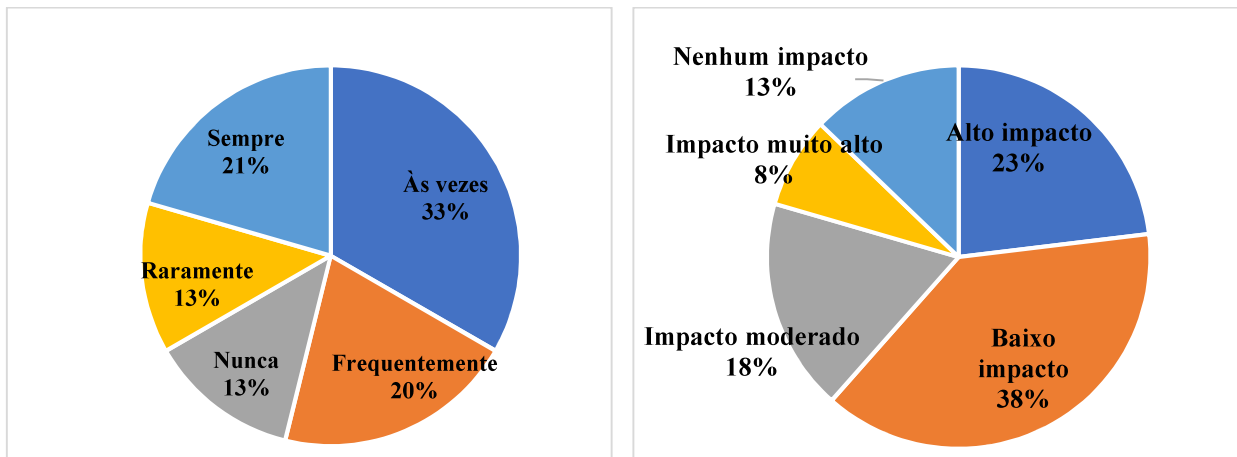


Gráfico 7: Como você avalia o impacto das preocupações financeiras na sua saúde emocional?



Fonte: Do Autor

Quando analisada as interferências na qualidade do sono dos servidores relacionando-se ao endividamento, 12,82% dos participantes responderam ter interferências sempre ou com frequência, apesar de não ser um percentual tão grande, significa que aproximadamente 5 servidores, dentro de um universo amostral de 39 indivíduos, não conseguem ter uma noite tranquila de sono em decorrência de dívidas (Tabela 3). É importante considerar que 25,64 % dos participantes alegam que o seu sono às vezes sofre interferência do endividamento, o que agrava o quadro, passar a um percentual de 38,46% pessoas que têm alguma afetação por conta das dívidas.

Em se tratando da percepção de irritação e ansiedade relacionada ao descontrole financeiro, 12,82% dos servidores participantes da pesquisa se percebem afetados sempre ou com frequência, e 30,77% se percebem com tais afetações às vezes (Tabela 3), ou seja, 43,59% dos servidores analisados apresentam alguma interferência no seu humor decorrente das dívidas, um índice alarmante que interfere diretamente em todas as relações humanas, inclusive nas interações profissionais.

Tabela 3 – Interferências físicas e psicológicas do endividamento

	As preocupações financeiras interferem na sua qualidade de sono?	Você percebe aumento de irritabilidade ou ansiedade relacionada à sua situação financeira?	Já sentiu dificuldade de concentração durante o trabalho devido a problemas financeiros?	Com que frequência você se sente desmotivado(a) no trabalho por preocupações pessoais/financeiras?
Às vezes	25,64%	30,77%	30,77%	28,21%
Frequentemente	10,26%	5,13%	2,56%	5,13%
Nunca	28,21%	17,95%	38,46%	30,77%
Raramente	33,33%	38,46%	25,64%	33,33%
Sempre	2,56%	7,69%	2,56%	2,56%

Fonte: Do Autor

Ainda na análise psicológica do endividamento e seus impactos negativos relacionados ao endividamento (Tabela 3), 35,89% dos participantes apresentam algum nível dificuldade para se concentrar nas atividades laborais que variam entre sempre (2,56%), frequentemente (2,56%) e às vezes (30,77%), o que claramente caracteriza um risco institucional.

Em relação a desmotivação no trabalho ocasionadas pelas dívidas, 35,9% dos participantes apresentam algum grau de desmotivação. O endividamento como informa a literatura, gera a sensação de incapacidade, causando muitas vezes ansiedade patológica e até mesmo depressão em casos mais graves. Alguns servidores relataram suas experiências com endividamento informando a necessidade de realizar muitas horas extras, AC4 para complementação do salário, o que impede ou impedia tais servidores de descansar, mas estes julgam necessário trabalhar mais para poder suprir as necessidades financeiras familiares.

Quando questionada a capacidade de tomada de decisão em contrapartida às preocupações financeiras, 38,46% dos servidores informaram não se afetarem, 28,21% alegaram que são pouco afetados, 23,08% afirmaram que são moderadamente afetados, enquanto 10,26% dos participantes dizem ser muito afetados. Novamente o dado pede atenção, pois 33,34% dos servidores apresentam algum grau de afetação que pode ser perigoso dentro da atividade policial.

Sobre a relação com os colegas e o comprometimento das atividades desempenhadas apresenta-se a Tabela 4.

Tabela 4 – Impactos nas relações interpessoais e das atividades da PP x Endividamento

Rótulos de Linha	Contagem de 23. Você acredita que o estresse financeiro impacta seu relacionamento com colegas de trabalho?	Contagem de 24. Em sua percepção, o estresse financeiro pode comprometer a segurança nas atividades desempenhadas pelo policial penal?
Impacta moderadamente	17,95%	17,95%
Impacta muito	5,13%	33,33%
Impacta pouco	35,90%	23,08%
Impacta totalmente	2,56%	5,13%
Não impacta	38,46%	20,51%

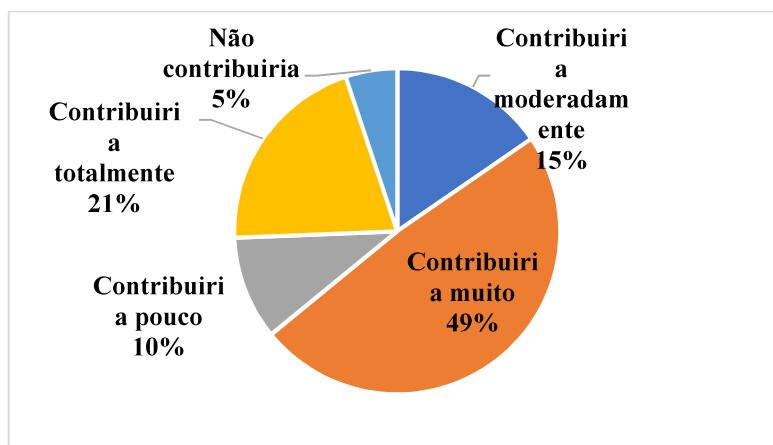
Fonte: Do autor

É possível observar na Tabela 4 que há impactos importantes na relação interpessoal do trabalho 25,64% percebem impactos que variam entre moderado (17,95%), alto (5,13%), ou total (2,56%). Além disso, 56,41% dos servidores entendem que há sim algum nível de comprometimento das atividades desempenhadas pela polícia penal em decorrência do estresse

financeiro, variando entre muito (33,33%), total (5,13) e moderado (17,95%). Dessa forma fica clara a necessidade de intervenção institucional para melhoria do quadro.

Em se tratando da participação institucional na contribuição para resolução dos problemas levantados, apresenta-se o Gráfico 8, que questiona se o aumento da frequência na oferta de programas de educação financeira teria alguma contribuição na melhoria de vida e desempenho dos profissionais. Apenas 5% dos servidores acreditam que não teria contribuição nenhuma, quase metade acredita que teria grande contribuição (49%) e 21% acreditam que contribuiria totalmente, o que demonstra abertura dos profissionais para possível atividades promovidas pela instituição.

Gráfico 8: Aumento da oferta de programas de educação financeira contribuiria na melhoria da qualidade de vida e desempenho profissional?



Fonte: Do autor

6 PROPOSTA DE CURSO

Como forma prática de contribuir para mitigação do problema que fundamentou este trabalho, apresenta-se o produto gerado dos estudos realizados, considerando-se a perspectiva dos servidores que responderam ao formulário, desta forma, concebe-se no item 6.1 o plano de curso, acompanhado das respectivas referências bibliográficas sugeridas no item 6.2, e das referências complementares no item 6.3.

6.1 PLANO DE CURSO PARA CONTROLE E PREVENÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Modalidade: Ensino a Distância (EAD) ou híbrido

Carga horária: 20 horas

Público-alvo: Policiais Penais do Estado de Goiás

Periodicidade: Oferta semestral

6.1.1 Justificativa

As análises realizadas a partir das respostas obtidas pelo formulário aplicado evidenciam que há grande comprometimento da renda dos profissionais da polícia penal do estado de Goiás, fato este que pode ocasionar sofrimento psíquico relacionado ao estresse financeiro, bem como comprometimento do desempenho técnico-profissional. Dito isto, entende-se que é dever fundamental da instituição direcionar ações que promovam o fortalecimento da saúde financeiras dos servidores desta instituição.

6.1.2 Objetivo Geral

Promover conhecimentos e competências voltados à gestão consciente das finanças pessoais, prevenindo situações de endividamento e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional dos policiais penais do estado de Goiás.

6.1.3 Conteúdo Programático

Módulo I – Educação Financeira e Comportamento Financeiro (4h)

- Conceitos básicos de educação financeira;
- Economia comportamental e tomada de decisão;
- Hábitos financeiros e planejamento de vida.

Módulo II – Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar (6h)

- Elaboração do orçamento pessoal e familiar;
- Controle de receitas e despesas;
- Reserva de emergência e metas financeiras.

Módulo III – Crédito, Endividamento e Consignado (4h)

- Empréstimo consignado: vantagens e riscos;

- Estratégias para renegociação e prevenção do superendividamento.

Módulo IV – Saúde Mental, Estresse Financeiro e Trabalho (4h)

- Impactos psicológicos do endividamento;
- Estresse financeiro e produtividade;
- Qualidade de vida e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Módulo V – Construção do Plano Financeiro Individual (2h)

- Diagnóstico financeiro pessoal;
- Definição de metas;
- Plano de ação para os próximos 12 meses.

6.1.4 Metodologia

Aulas expositivas dialogadas, estudos de caso, questionários de autodiagnóstico financeiro, oficinas práticas de orçamento e elaboração de plano financeiro individual.

6.1.6 Avaliação

A avaliação ocorrerá por meio da participação nas atividades propostas e da elaboração de um Plano Financeiro Individual contendo metas de curto, médio e longo prazo.

6.1.7 Resultados Esperados

- Redução dos índices de endividamento entre servidores;
- Maior consciência sobre uso do crédito consignado;
- Melhoria da saúde financeira e emocional dos participantes.

6.2 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

6.3 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SUGERIDA

ALVES, W. K. M. F. **A importância da educação financeira na matriz curricular de formação profissional dos policiais penais do Estado de Goiás**. Goiânia, 2024.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

CRUZ, J. L. da; ROSA, R. M. G. Reflexões sobre educação financeira e endividamento de policiais. **Fonte Segura**, 2025.

7 CONCLUSÃO

A análise dos resultados permite concluir que os objetivos propostos foram alcançados, sendo possível identificar que:

- Os policiais penais do estado de Goiás possuem nível mediano de educação financeira;
- O grau de endividamento dos profissionais é elevado, e demanda atenção, pois quase metade dos entrevistados estão com mais de 40% da renda comprometida com dívidas;
- Os principais agentes de endividamento identificados são o crédito consignado e o cartão de crédito;
- O estresse financeiro apresenta impactos negativos significativos na saúde emocional dos profissionais, altera a qualidade do sono, concentração e o desempenho destes no trabalho;
- Há reconhecimento dos servidores que as dificuldades financeiras possuem potencial para comprometer a segurança das atividades laborais;
- A instituição apoia de maneira importante a implementação de programas de educação financeira e acompanhamento dos servidores que necessitam destes serviços.

De maneira sucinta entende-se que, a hipótese que deu início ao estudo foi confirmada, sendo possível afirmar a partir dos resultados obtidos que sim, a ausência de educação financeira e o endividamento afetam o bem-estar e o desempenho dos profissionais da Polícia Penal do Estado de Goiás, e que o crédito consignado aparece como um dos principais agentes do endividamento. Fica evidente que a adoção de políticas de gestão de pessoas relacionada à educação financeira, prevenção do endividamento e promoção da saúde ocupacional são fundamentais neste cenário.

Diante do exposto, sugere-se que seja considerado o curso proposto a partir da ementa do tópico 6, dentro dos moldes apresentados, pois, permite ao servidor que o realize sem que se

exponha e o deixa confortável para procurar auxílio institucional de forma discreta até mesmo estando fora da instituição. Entende-se que a instituição pode atuar como fator determinante para o não endividamento daqueles servidores que ainda não estão em situação vulnerável, assim como, agente mitigador, para àqueles que já ultrapassaram os limites das dívidas e caminham para o superendividamento, e que investir em educação financeira não representa apenas um benefício ao trabalhador, mas também uma estratégia de fortalecimento da eficiência organizacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. H. S. O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ALVES, W. K. M. F. **A importância da educação financeira na matriz curricular de formação profissional dos policiais penais do estado de Goiás**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública – CEGESP) – Secretaria de Segurança Pública de Goiás; Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/a7c7756d-c88d-45c5-ac22-6c1b5b8b6cb5/content>>. Acesso em: 1 jun. 2026.

AZEVEDO, B. B. de.; DANTAS, D. S. dos.; AGUIAR, D. M. de. A educação financeira como fator de melhoria na qualidade de vida dos policiais militares do Amazonas. **Interference Journal**, v. 11, n. 2, 2025. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/399384867>>. Acesso em: 4 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira 2023. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2023.

BRUNO, M. e GENTIL, D.L., Endividamento dos servidores públicos brasileiros: armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado. In: FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO (FONACATE). **Caderno da Reforma Administrativa**, n. 33, p. 3–23, 2021.

CARDOSO, J. de C. B. Educação financeira para casais: alinhamento financeiro como fator de estabilidade conjugal. **Revista FT**, Ciências Sociais Aplicadas, Volume 30 - Edição 154/jan 2026 - 12/01/2026.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

CNN Brasil. **Endividamento bate recorde de 81,6% das famílias, diz CNC**. Brasil, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/endividamento-bate-recorde-de-816-das-familias-diz-cnc/#goog_rewarded Acesso em: 15 Jul. 2026.

CRUZ, J. L. da; ROSA, R. M. G. Reflexões sobre educação financeira e endividamento de policiais. **Fonte Segura**, n. 286. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HALFELD, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2012.

JOO, S.; GRABLE, J. E. An exploratory framework of the determinants of financial satisfaction. *Journal of Family and Economic Issues*, v. 25, n. 1, p. 25-50, 2004.

KAHNEMAN, D; TVERSKY, A. *Prospect theory: an analysis of decision under risk*. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263–291, 1979.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KIM, J.; GARMAN, E. T. Financial stress and absenteeism: an empirically derived model. *Financial Counseling and Planning*, v. 14, n. 1, p. 31-42, 2003.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *The economic importance of financial literacy: theory and evidence*. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2010.

MGISP - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Margem consignável: regras e limites a partir de 2026**. Brasil, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/faq/sou-gov.br/consignacoes/margem-consignavel-regras-e-limites-a-partir-de-2026> Acesso em: 22 Jul. 2026.

OECD. OECD/INFE 2020 *International Survey of Adult Financial Literacy*. Paris: OECD Publishing, 2020.

ROSSETI, R. **Educação financeira no setor público: como o endividamento de servidores pode afetar produtividade, saúde mental e eficiência institucional**. Mever, 2026. Disponível em: <https://www.mever.com.br/blog/educacao-financeira-no-setor-publico-como-o->

endividamento-de-servidores-pode-afetar-produtividade-saude-mental-e-eficiencia-institucional/. Acesso em: 05 jun. 2026.

SOUZA, E. A. de. A educação financeira contra a armadilha do endividamento dos funcionários públicos pelo empréstimo consignado. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.10.n.03.mar. 2024. ISSN - 2675 – 3375

THALER, R. H. **Misbehaving**: a construção da economia comportamental. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

APÊNDICES A

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo analisar como a educação financeira e o endividamento podem influenciar a saúde mental e o desempenho profissional dos policiais penais do Estado de Goiás.

Esta pesquisa faz parte de um trabalho de especialização da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, para o curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública e busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias institucionais voltadas à melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho dos servidores.

Declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis riscos e benefícios, bem como sobre a garantia de sigilo das informações.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Em caso de dúvidas, esclarecimentos ou informações adicionais, o participante poderá entrar em contato com o pesquisador responsável:

E-mail: paulohenriquemdamasio@gmail.com

Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, **declaro que concordo em participar da pesquisa de forma livre e esclarecida.**

Você concorda em participar desta pesquisa?

☐ Sim, concordo e desejo participar

☐ Não concordo

APÊNDICE B
FORMULÁRIO PARA PESQUISA

1. Qual sua faixa etária?

- ☐ Até 25 anos
- ☐ 26 a 35 anos
- ☐ 36 a 45 anos
- ☐ 46 a 55 anos
- ☐ Acima de 55 anos

2. Há quanto tempo você atua como Policial Penal?

- ☐ Até 2 anos
- ☐ 3 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

3. Como você avalia seu conhecimento em educação financeira?

- ☐ Muito baixo
- ☐ Baixo
- ☐ Médio
- ☐ Alto
- ☐ Muito alto

4. Você possui hábito de planejamento financeiro mensal?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

5. Você controla suas despesas regularmente?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente

- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

6. Você tem outras rendas extras?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Esporadicamente

7. Você tem reserva de emergência ou de oportunidades?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Tive um imprevisto e gastei

8. Qual a média salarial familiar?

- ☐ Até 2 salários-mínimos
- ☐ Mais de 2 até 5 salários-mínimos
- ☐ Mais de 5 até 10 salários-mínimos
- ☐ Mais de 10 salários-mínimos

9. Você possui algum investimento?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Qual é o nível de comprometimento da sua renda com dívidas?

- ☐ Nenhum
- ☐ Até 20%
- ☐ Entre 21% e 40%
- ☐ Entre 41% e 60%
- ☐ Acima de 60%

11. Qual tipo de dívida você mais utiliza?

- ☐ Não possuo dívidas
- ☐ Cartão de crédito

- ☐ Empréstimo consignado
- ☐ Financiamentos
- ☐ Outros

12. Com que frequência você se sente preocupado com sua situação financeira?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

13. Em sua percepção, o endividamento já afetou sua concentração no trabalho?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

14. Você já precisou trabalhar mais (horas extras, AC4, atividades adicionais) para lidar com dívidas?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

15. Como você avalia o impacto das preocupações financeiras na sua saúde emocional?

- ☐ Nenhum impacto
- ☐ Baixo impacto
- ☐ Impacto moderado
- ☐ Alto impacto
- ☐ Impacto muito alto

16. Na sua opinião, a oferta de programas de educação financeira pela instituição com maior frequência contribuiria para melhorar sua qualidade de vida e desempenho profissional?

- ☐ Não contribuiria
- ☐ Contribuiria pouco
- ☐ Contribuiria moderadamente
- ☐ Contribuiria muito
- ☐ Contribuiria totalmente

17. Com que frequência você se sente emocionalmente esgotado(a) devido às preocupações financeiras?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

18. As preocupações financeiras interferem na sua qualidade de sono?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

19. Você percebe aumento de irritabilidade ou ansiedade relacionada à sua situação financeira?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

20. Em que grau você acredita que suas preocupações financeiras afetam sua capacidade de tomar decisões no trabalho?

- ☐ Não afetam
- ☐ Afetam pouco

- ☐ Afetam moderadamente
- ☐ Afetam muito
- ☐ Afetam totalmente

21. Você já sentiu dificuldade de concentração durante o trabalho devido a problemas financeiros?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

22. Com que frequência você se sente desmotivado(a) no trabalho em razão de preocupações pessoais/financeiras?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

23. Você acredita que o estresse financeiro impacta seu relacionamento com colegas de trabalho?

- ☐ Não impacta
- ☐ Impacta pouco
- ☐ Impacta moderadamente
- ☐ Impacta muito
- ☐ Impacta totalmente

24. Em sua percepção, o estresse financeiro pode comprometer a segurança nas atividades desempenhadas pelo policial penal?

- ☐ Não compromete
- ☐ Compromete pouco
- ☐ Compromete moderadamente
- ☐ Compromete muito
- ☐ Compromete totalmente

25. Você já teve ou tem o hábito de desembolsar dinheiro do seu salário com jogos esportivos, jogos de internet ou outras modalidades de apostas?

Sim ()

Não ()

Já tive, mas não tenho mais ()

26. Na sua experiência, de que forma as dificuldades financeiras já influenciaram sua rotina de trabalho ou sua atuação profissional?

27. Na sua opinião, quais ações a Polícia Penal poderia implementar para auxiliar os servidores na gestão de suas finanças pessoais?